O Metalúrgico

Baixada Santista, 14 de novembro de 2019 WhatsZéProtesto: (13) 98216-0145 nº 581

Usiminas anuncia férias coletivas e mudança no critério para pagamento da PLR

É preciso ficar atento e participar da luta organizada pelo Sindicato para impedir ataques aos direitos

O que começou com boato, depois se confirmou: a Usiminas anunciou que vai colocar a maioria dos trabalhadores em férias coletivas a partir de dezembro. O Adm entra em férias dia 16/12 e retorna no dia 03/01/2020, enquanto os trabalhadores dos turnos saem no dia 18 e voltam no dia 02/01/2020. A empresa comunicou verbalmente ao Sindicato sobre o período de férias. A justificativa para as férias é mais uma tentativa da direção da usina de impor mais ataques aos trabalhadores.

E a empresa vem com a desculpa de sempre

Os representantes da usina disseram que as férias coletivas são necessárias por causa da baixa produção, ou seja, novamente programam uma baixa na produção para tentar depois intimidar os trabalhadores por meio da ameça de demissões. Até agora a direção da usina também não falou como ficará o transporte e a alimentação para os mais de 100 trabalhadores que não vão estar nas férias coletivas. O Sindicato protocolou um ofício na segunda-feira, dia 11, exigindo uma reunião com os representantes da Usiminas para esclarecer esse e outros pontos dessa informação.

Durante grande parte do ano, os trabalhadores na Usiminas foram obrigados a dobrar e fazer entradas antecipadas. Os períodos de baixa na produção acontecem na época da Campanha Salarial para a direção da usina fugir de pagar o que deve e agora novamente baixa a programação da produção para tentar justificar as férias coletivas.

Quando os patrões anunciam férias coletivas que não estavam programadas, é preciso ficar atento e sempre firme com o Sindicato para impedir a intenção da empresa de vir com ameaça de demissões. Os patrões usam a ameaça de demissões para passar por cima dos direitos e arrochar ainda mais os salários. E contra essa chantagem do patrão não tem outro caminho que não seja a nossa mobilização.

Nova fórmula de cálculo da PLR é mais uma tentativa de calote da Usiminas

A direção da usina comunicou também mais uma mudança nos critérios para pagamento da PLR. Antes, o tal "gatilho financeiro", ou seja, uma das metas para receber a PLR, era o cumprimento de pelo menos 80% das metas do EBTIDA (lucro bruto) que ninguém sabe quais são, pois a empresa esconde os números reais e agora a Usiminas mudou a forma de cálculo para pagamento da PLR que passa a ser proporcional ao resultado do EBTIDA, o que vai provocar a redução do valor máximo à ser pago de PLR ou o calote.

Os lucros da Usiminas que seguem crescendo são frutos do trabalho dos trabalhadores que exercem suas funções num ritmo pesado, pressionados pelas chefias que exigem cada vez mais produção e a direção da usina a cada ano impõe mais arrocho salarial e segue buscando mais formas de dar calote da PLR.

Para enfrentar o arrocho salarial, o desrespeito aos direitos e defender o emprego não tem outro caminho que não seja a luta junto com seu instrumento de luta que é o Sindicato.

Vamos juntos e firmes com o Sindicato transformar a indignação em movimento. Para defender o emprego e impedir a retiurada de direitos, é preciso lutar!

O plano “Mais Brasil” de Bolsonaro significa: mais lucro para os patrões, mais miséria para os trabalhadores

As PEC’s apresentadas pelo governo Bolsonaro, através de seu ministro da economia Paulo Guedes, o fiel escudeiro dos banqueiros, quer impor ao Brasil as mesmas políticas impostas pela ditadura de Pinochet no Chile, que provocou mais miséria e privatização de serviços essenciais à população trabalhadora, como Saúde, Educação, Previdência.

O pacote batizado pelo governo de Plano “Mais Brasil”, na realidade tem por objetivo desviar recursos da saúde e da educação, congelar os reajustes do salário mínimo, liberar geral as privatizações, diminuir os salários e a jornada de trabalho dos servidores que atendem diretamente a população trabalhadora.

O discurso do governo e a propaganda desesperada da grande imprensa apoiando o projeto tenta esconder que o real objetivo desse pacote perverso é acabar com o serviço público e aumentar a desigualdade social. Por isso é preciso enxergar para além da propaganda hipócrita desse governo que a cada ato vomita seu ódio contra os trabalhadores:

– A PEC impõe o congelamento do reajuste dos salários mínimos, ou seja, se hoje o salário mínimo não cobre o básico para sobrevivência, só o repasse do índice do INPC vai impedir que milhões de trabalhadores, que hoje só recebem o salário míni-mo, tenham condições de colocar comida em casa e pagar outras despesas básicas para sobrevivência.

– A PEC também quer desvincular e diminuir os gastos com saúde e educação, pois a proposta do governo é acabar com o percentual mínimo para cada uma dessas áreas. A ideia do governo é somá-los e incluir gastos com pensões e aposentadorias de trabalhadores desses setores nos gastos. Se hoje, com a DRU – Desvinculação das Receitas da União feita por governos anteriores, e com a PEC do teto dos gastos impostas pelo governo Temer(MDB), a situação na saúde e na educação piorou, a proposta do governo Bolsonaro é ampliar a manobra e a manipulação do que deveria ser investido na saúde e na educação, o que vai significar a diminuição de investimento em hospitais, atendimento básico à saúde, creches, escolas, ou seja é o caos generalizado.

-A tal PEC emergencial propõe que, quando os gastos do Orçamento ultrapassarem 95% da receita, tanto o governo federal como os estados e municípios poderão reduzir os salários dos servidores em 25% e a jornada também será reduzida; o governo também propõe o congelamento do avanço nas carreiras do serviço público, o que significa mais arrocho salarial.

Se engana quem acha que isso é combater privilégios na estrutura do Estado, pois o arrocho, a redução de salário e de jornada de trabalho é para quem atende diretamente a população trabalhadora, nos hospitais, unidades básicas de saúde, nas escolas, creches, Previdência, saneamento, etc., pois a proposta do governo protege a cúpula do Judiciário, do Ministério Público, das Forças Armadas, ou seja, para esses não haverá nenhuma redução salarial. A proposta do governo também é acabar com estabilidade do funcionalismo público, perseguir todo trabalhador que no serviço público tenha posição divergente do governo – é isso que significa a fala de Paulo Guedes, ao dizer que servidores não podem ter filiação partidária.

Cartas do Zé Protesto

“Zé, na avenida da coqueria, o passeio onde é o local seguro para o pedestre está assim, interditada a meses com resto de peça. Só aqui na Usiminas mesmo.”

- Vamos ver a hora que alguém se machucar nesse local, quem vai se responsabilizar. E se vai...

“Zé, fecharam um banheiro pra reforma e colocaram à disposição o banheiro do R2 do pátio de placas da aciaria está o caos, em péssimas condições de uso. Os trabalhadores são obrigados a buscar banheiros em outras áreas para usar.”

- Além da falta de respeito, que é comum por parte da Usiminas, falta, no mínimo, planejamento também.

Denúncias de ataques aos seus direitos e irregularidades na empresa? Mande a sua bronca para o Zé Protesto. Ligue 3226-3572 ou pelo e-mail: metalurgicosbs@metalurgicosbs.org.br

WhatsZéProtesto

(13) 98216-0145

Sigilo absoluto

Telefones dos diretores do Sindicato (Plantão: 3226-3577) - Gato: 99716-8512 - Cascatinha: 99141-7684 - Maicon: 98185-2928 - Ramiro: 99136-5460 - Elton: 98185-2929 - Silvio: 98185-2882 - José Luiz: 98185-2888 - Lobo: 99104-1382 - Fernando: 99136-8963 - Julio: 99105-4037 - Humberto: 99716-8511 - Luizão: 99136-3319 - Jair: 99137-1264 - Ismael: 99136-6757 - Edson: 99136-6397 - Ivan: 98117-7109.

O Metalúrgico - Publicação sob a responsabilidade da diretoria do STISMMMEC. Site: metalurgicosbs.org.br - E-mail: metalurgicosbs@metalurgicosbs.org.br